



GOVERNO TEMER: A PONTE ENTRE OS GOVERNOS PETISTAS E A ASCENSÃO DE BOLSONARO

TEMER GOVERNMENT: THE BRIDGE BETWEEN PT GOVERNMENTS AND THE RISE OF BOLSONARO

GOBIERNO TEMER: EL PUENTE ENTRE GOBIERNOS DEL PT Y EL ASCENSO DE BOLSONARO

Vera Lucia Michalany Chaia¹
Carolina Maria Fernandes Guerra²

Resumo: O artigo elenca os principais aspectos do mandato de Temer que contribuíram para mudar o direcionamento da política brasileira para uma orientação mais à direita, e com um programa diferente das diretrizes da chapa anteriormente formada com a presidente Dilma Rousseff, formando a “ponte” que levou o Brasil a eleger Bolsonaro. Já nos primeiros meses de mandato, o presidente Temer anunciou medidas de austeridade de grande impacto - como a reforma trabalhista e o teto dos gastos, que não constavam no programa de governo de sua antecessora. Os planos de Temer possivelmente teriam ido mais além, com uma eventual aprovação da reforma da previdência, caso não tivesse sido implicado em diversas investigações de corrupção. Temer, no entanto, com um governo de forte orientação pró-mercado, acabou sendo um governo de transição entre os governos petistas e o governo de Bolsonaro.

Palavra-chave: Temer; Petismo; Bolsonaro, Presidencialismo de Coalizão, Congresso.

Abstract: The article lists the main aspects of Temer's mandate that contributed to changing the direction of Brazilian politics to a more right-wing orientation, and with a program different from the guidelines of the slate previously formed with President Dilma Rousseff, forming the “bridge” that led Brazil to elect Bolsonaro. In the first months of his term, President Temer announced austerity measures of great impact - such as labor reform and the spending cap, which were not part of his predecessor's government program. Temer's plans would possibly have gone further, with a possible approval of the pension reform, had he not been implicated in several corruption investigations. Fearing, however, with a government with a strong pro-market orientation, ended up being a transitional government between the PT governments and the Bolsonaro government.

Keywords: Temer; PT; Bolsonaro; Coalitional Presidencialism; Congress.

Resumen: El artículo enumera los principales aspectos del mandato de Temer que contribuyeron a cambiar el rumbo de la política brasileña hacia una orientación más derechista, y con un programa diferente a los lineamientos de la presidenta Dilma Rousseff, formando el “puente” que llevó a Brasil a elegir a Bolsonaro. En los primeros meses de su mandato, el presidente Temer anunció medidas de austeridad de gran impacto, como la reforma laboral y el tope de gasto, que no formaban parte del programa de gobierno de su predecesor. Los planes de Temer posiblemente hubieran ido más lejos, con una posible aprobación de la reforma de las pensiones, si no hubiera estado implicado en varias investigaciones de corrupción. Temiendo, sin embargo, con un gobierno con una fuerte orientación pro mercado, terminó siendo un

¹ Doutora em Ciência Política pela USP e Livre-docente pela PUC-SP; professora associada da PUC-SP; é coordenadora e pesquisadora do Neamp (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política), do CNPq e da FAPESP. E-mail: vmchaia@pucsp.br ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5089-6720>

² Jornalista formada pela Universidade Mackenzie e mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. E-mail: falacarol@gmail.com ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6477-8159>

gobierno de transición entre los gobiernos del PT y el gobierno de Bolsonaro.

Palabras clave: Temer; PT, Bolsonaro, Presidencialismo de Coalición; Congreso

1 Introdução

As eleições de 2014 resultaram no aumento da polarização entre direita e esquerda no Brasil, com um Congresso ainda mais conservador na comparação com a configuração anterior, referente ao pleito de 2010, e um cenário de crise estabelecido, que afetou os campos político, econômico e social. Contou para a desestabilização daquela gestão uma série de manifestações ocorridas em 2013 – conhecidas como *jornadas de junho* –, que teve como gatilho no país o anúncio do aumento das tarifas de ônibus na cidade de São Paulo. Como consequência, ao final daquele mês, a popularidade da presidente Dilma caía 24 pontos com os protestos, de 54% para 30% (MENDONÇA, 2013). Ainda assim, em outubro, Dilma se reelege, vencendo no 2º turno Aécio Neves, do PSDB, com 51,6% dos votos válidos.

O início do segundo governo Dilma fora marcado por uma crise política severa, com o governo perdendo a base de apoio no Congresso, e o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (inimigo declarado da presidente), apesar de envolvido em diversos escândalos de corrupção, atuando ativamente para sua derrubada.

Outra fonte de crise para o governo foi a deflagração da operação Lava Jato, em março de 2014, que afetou diretamente o partido de Dilma, o PT, além do forte aumento das discussões políticas pela internet, especialmente pelo *Facebook* e presença maciça em protestos nas ruas, organizado por diversos movimentos cívicos.

Em tal contexto, efetivou-se um forte aumento do conservadorismo e do discurso de ódio ao PT, além do crescimento do número de parlamentares ligados a setores conservadores. O governo Dilma enfrentou sérias dificuldades de sustentação.

Em abril de 2016, a Câmara aprovou a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma, por 367 votos a favor e 137, contra. Em 11 de maio o Senado decidiu pela instalação do processo, que levou ao imediato afastamento da presidente. No dia seguinte, Temer assumia de forma interina, sendo que, em 31 de agosto, portanto 100 dias depois, o processo era aprovado no Senado e Dilma, afastada em definitivo.

Ao chegar à presidência, Temer já tinha um plano de governo elaborado, cujas principais diretrizes consistiram em reformas abrangentes, entre elas a trabalhista, a da previdência e o teto dos gastos - sendo que precisava angariar os votos necessários para a aprovação das mesmas. Para esse fim, compartilhou o comando das pastas entre os partidos da coalizão em uma proporção equilibrada.

A primeira decisão de Temer, editada em 12 de maio de 2016, seu primeiro dia no governo, como medida provisória, a MP 726, reduziu de 39 pastas para 24 o número de ministérios (Medida Provisória nº 726, de 2016 convertida na Lei nº 13.341 de 29/09/2016). A

ação decretou o fim dos ministérios da Previdência Social, do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações, e assim suas atribuições foram incorporadas ao então novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O Ministério da Cultura, que seria extinto, posteriormente seria recriado após pressão de artistas e produtores culturais (Medida Provisória nº 729, de 2016, que revoga dispositivos da MP 726 e restabelece dispositivos da Lei nº 10.683 de 28/05/2003). A Controladoria Geral da União (CGU) também acabou extinta para dar lugar ao novo Ministério da Transparência. A medida previu ainda a perda do *status* de ministro para o advogado-geral da União e para o presidente do Banco Central, e vinculou a Previdência Social ao Ministério da Fazenda.

No mesmo 12 de maio de 2016, Temer editou uma segunda MP, criando um Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), dedicado a tornar mais ágeis as concessões públicas e viabilizar a interação entre Estado e iniciativa privada para gerar investimentos em infraestrutura no Brasil. Essa medida promoveu, ainda, modificações na Lei de Concessões (lei 8.987, de 1995) para a preparação de projetos. Levantamento do portal *GI* feito posteriormente, em janeiro de 2019 (ALVARENGA, 2019), aponta que o programa até então havia resultado em 69 projetos de privatização em andamento, incluindo a Eletrobras, a Casa da Moeda, a venda da participação da Infraero no aeroporto de Guarulhos, Brasília e Confins, além de outras dezenas de empreendimentos em rodovias, ferrovias e terminais portuários.

Em 15 de dezembro de 2016, o governo Temer conseguiu a aprovação do teto dos gastos pelo Senado, que limitou as despesas públicas por 20 anos. Apesar do avanço das medidas de austeridade, que garantiu a Temer o apoio ao menos temporário do mercado financeiro, no aspecto político, denúncias de corrupção complicaram a situação do presidente.

O começo de 2017 marca a deflagração da operação “Carne Fraca”, da Polícia Federal (PF), em março, e posteriormente, em maio, a divulgação das conversas gravadas por Joesley Batista, na qual o executivo afirma ao presidente que estava pagando propina para Eduardo Cunha na cadeia. Logo em seguida, o ex-assessor especial de Temer, Rodrigo Rocha Loures, é gravado pela PF saindo de uma pizzaria com uma mala de dinheiro, criando suspeita de que seria intermediário de Temer. A partir daí, os protestos *Fora Temer* - encabeçados pela esquerda - foram intensificados, com alto grau de repressão violenta em diversas capitais brasileiras.

O presidente inicia, nesse período, um longo processo político em sua própria defesa. Em junho, Temer é absolvido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no processo de cassação da chapa com Dilma para as eleições de 2014, porém, no mês seguinte, acaba denunciado por Janot pelo crime de corrupção passiva. Ainda assim, sanciona o projeto de lei da reforma trabalhista – de cunho fortemente neoliberal, promovendo medidas mais austeras aos trabalhadores e mais facilidades aos empregadores.

Em agosto de 2017, o plenário da Câmara aprova o arquivamento da denúncia no caso JBS. Em outubro, o de outra denúncia de Janot, em que o presidente era acusado de obstrução de

justiça e participação de organização criminosa – o presidente seria o líder do esquema envolvendo Petrobras, Caixa e Furnas. Sua popularidade no período vai a 5%.

Ainda em uma tentativa de melhorar sua imagem, o ano de 2018 marca uma guinada do governo Temer para a pauta da segurança. Em 16 de fevereiro, o presidente assina o decreto de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. A medida, prevista para durar até 31 de dezembro do mesmo ano, impediu a votação de emendas constitucionais, incluindo a da reforma da previdência. Foi durante esse mesmo período, ou mais precisamente no dia 14 de março de 2018, que a vereadora do PSOL na capital e ativista de direitos humanos Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, foram brutalmente assassinados – um atentado no qual o carro que a transportava fora alvejado por um atirador desconhecido até o momento. Acredita-se que os assassinos estejam ligados a milícias do Rio de Janeiro, embora a autoria e o mando permaneçam desconhecidos (MORI, 2018).

Em maio e junho de 2018 ocorre a greve dos caminhoneiros, que aprofunda a crise política no país e faz com que o governo aprove medidas para beneficiar a categoria. Nesse período, Temer desiste definitivamente da ideia de candidatar-se à reeleição.

Os últimos meses de seu governo são marcados por um fim melancólico: a PF concluiu um inquérito sobre propina no setor portuário, indiciando o presidente por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A denúncia, oficializada pela procuradora-geral Raquel Dodge no começo de dezembro, resultaria em sua prisão preventiva durante alguns dias em março de 2019. O ex-presidente ainda responde a diversos processos resultantes de investigações desta época (TEMER É ABSOLVIDO EM ACUSAÇÃO DE CORRUPÇÃO NO CASO DOS PORTOS, 2021).

2 Governo Temer enquanto “ponte” entre governos petistas e o bolsonarismo

Em 29 de outubro de 2015, ainda antes de romper publicamente com o governo Dilma e com o PT, o PMDB lançou o documento “Uma Ponte para o futuro”, no qual apresentava supostas saídas para a crise do Brasil, diagnosticando problemas dos cenários econômico e sociopolítico, e propunha diretrizes para sua resolução.

O conteúdo programático pretendia “[...] preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.2)”. No entanto, o que saltava aos olhos e já constava do documento era um evidente prenúncio de golpe (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.2):

Nesta hora da verdade, em que o que está em jogo é nada menos que o futuro da nação, impõe-se a formação de uma maioria política, mesmo que transitória ou circunstancial, capaz, de num prazo curto, produzir todas estas decisões na sociedade e no Congresso Nacional. Não temos outro caminho a não ser procurar o entendimento e a cooperação. A nação já mostrou que é capaz de enfrentar e vencer grandes desafios. Vamos submetê-la a um novo e decisivo teste.

E o partido de Temer continuava sua *declaração de intenções* (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.2):

Para ser funcional ele deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade.

[...]

Ainda que mudássemos completamente o modo de governar o dia a dia, com comedimento e responsabilidade, mesmo assim o problema fiscal persistiria. Para enfrentá-lo teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso.

O primeiro ponto abordado manifesta a intenção de não aumentar tributos, pois “[...] qualquer ajuste de longo prazo deveria, em princípio, evitar aumento de impostos, salvo em situação de extrema emergência e com amplo consentimento social (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.6)”.

E, mesmo ainda compondo a base do governo, o PMDB tecia graves críticas ao comando político, quando menciona que, no Relatório Global de Competitividade 2015-2016, do Fórum Econômico Mundial,

[...] o Brasil ficou em 75º lugar, entre 140 países, perdendo 18 posições em relação ao relatório anterior, de 2014, sendo ultrapassado pelos emergentes – Rússia, África do Sul, Índia e México, o que mostra que algo muito errado está acontecendo com o nosso país nestes últimos anos (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.6).

Ainda no mesmo documento, é mencionada a necessidade de decomposição dos fatores que compõem o índice relativo aos impostos e à complexidade tributária. Na visão dos autores, tais parâmetros combinados respondem por 25% – o maior fator – dos problemas para realizar negócios no país. O segundo *entrave* seriam as leis trabalhistas (sic), com 14% de responsabilidade; seguido do ônus da corrupção, com 12% na hierarquia das causas impeditivas.

Sobre a previdência, o documento afirma que “[...] diferentemente de quase todos os demais países do mundo, nós tornamos norma constitucional a maioria das regras de acesso e gozo dos benefícios previdenciários, tornando muito difícil a sua adaptação às mudanças demográficas (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.7)”.

O texto também prenunciava os futuros cortes profundos na saúde e educação com a chegada de Temer e do partido à presidência, de forma interina, a partir de maio de 2016. De acordo com o *Uma ponte para o futuro*, se fazia necessário

[...] acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade. [...] porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.9).

No âmbito social, o programa propunha *orçamento com base zero*, o que significa avaliar a cada ano todos os programas estatais por meio de um comitê independente, com autonomia para sugerir a continuação ou o fim de cada medida, de acordo com os seus custos e benefícios. A justificativa: “Hoje os programas e projetos tendem a se eternizar, mesmo quando há uma mudança completa das condições. De qualquer modo, o Congresso será sempre soberano e dará a palavra final sobre a continuação ou fim de cada programa ou projeto (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.10).”

Segundo o documento, os gastos do PIB brasileiro com a previdência a níveis próximos de 12% eram insustentáveis, pois o país tinha outras questões como “jovens para atender, [...] problemas de assistência de saúde, de educação, de segurança (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.12).” Outro argumento compara os valores daqui com os de países que têm gastos parecidos e *populações muito mais velhas do que a nossa*, como Alemanha e França, e países que gastam a metade do que o Brasil gasta, como EUA, Japão e China.

Ainda em relação à economia, o programa criticava os juros altos do país, indicando que a inflação estava muito acima da meta de 4,5% e já ameaçava sair do controle, pois “[...] qualquer voluntarismo na questão dos juros é o caminho certo para o desastre (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.14)”. A fórmula sugerida pelo documento aliava reforma do orçamento, adaptação da previdência às mudanças demográficas e redução da dívida pública, o que resultaria em mais previsibilidade no ambiente econômico, normalização da atividade produtiva e recuperação da capacidade de investimento público.

O documento também acenou para mais abertura às privatizações ao citar entre seus objetivos o de

[...] executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.18).

Em relação à Petrobras, o plano era o retorno ao regime anterior de concessões na área de petróleo, mesmo que dando à empresa o direito de preferência.

Para o comércio internacional, propunha-se “[...] maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.18)”.

Este documento ainda incluiu a promessa de obedecer às instituições democráticas, apesar de falar em *reconstituição do Estado*:

Faremos esse programa em nome da paz, da harmonia e da esperança, que ainda resta entre nós. Obedecendo as instituições do Estado democrático, seguindo estritamente as leis e resguardando a ordem, sem a qual o progresso

é impossível.

O país precisa de todos os brasileiros. Nossa promessa é reconstituir um estado moderno, próspero, democrático e justo (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.19).

Após a saída de Dilma Rousseff, a ascensão de Temer ao poder, seguindo em grande parte as premissas do “Uma ponte para o futuro”, significou uma guinada do direcionamento da política brasileira para a direita. O presidente promoveu reformas que não estavam no plano de governo original da presidente Dilma Rousseff - que foi o programa eleito em 2010 - visando assim contar com o apoio do setor privado brasileiro. Temer, no entanto, não previu que esta guinada 1- não o faria popular e 2- causaria em parte da população brasileira uma busca por um candidato mais extremista, que sanasse os anseios de combate à corrupção que prevalecia naquele momento. E assim, o Brasil que elegeu Dilma em 2014, escolheria Bolsonaro no pleito seguinte. Mas qual a conjuntura que levou a uma guinada tão abrupta na política brasileira? A resposta não é simples e inclui diversos fatores. Em primeiro lugar, a crise econômica que abatia o governo Dilma, tanto aumentou o nível de endividamento da população - e conseqüentemente o poder de compra, como houve aumento no desemprego. A taxa de desocupação passou de 8,1% entre março e maio de 2015 para 11,2% entre março e maio de 2016 - o período que coincide com o golpe, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No segundo trimestre de 2014 o índice estava em 7%, sendo que o índice atingiu um pico de piora em 2017, no primeiro trimestre, a 13,7%.

Além disso, ainda no campo econômico, a presidente sofria severas críticas pela alta do dólar, que começou o ano a R\$ 2,65 e terminou em R\$ 3,94 (DOLAR SOBE EM TODOS 5 ANOS DE DILMA E SALTA 137%, DE R\$ 1,666 A R\$ 3,948, 2015), causando grande descontentamento na população. Neste período, a aprovação do governo Dilma oscilou entre 11% e 12%, segundo o Datafolha (64% REPROVAM GOVERNO DILMA, 2016). Temer, no entanto, não conseguiria índices melhores de aprovação, ficando conhecido como o presidente mais impopular da história. Ao entrar no governo, Temer iniciou com uma aprovação similar à de Dilma, com 14%, terminando seu governo em 2018 com um índice de baixa recorde a 7% (MAIS IMPOPULAR DESDE COLLOR, TEMER FECHA COM REPROVAÇÃO EM BAIXA, 2019), especialmente após os escândalos de corrupção.

Neste final de mandato, Temer já representava a insatisfação de grande parte da população que apoiou o golpe de 2016. Nunca houve, no entanto, nenhuma grande ruptura da administração com os setores que representam o mercado financeiro e a indústria. O político, de alguma forma, sempre se manteve representante dos interesses do capital, e mesmo não conseguindo aprovar a previdência, seguiu defendendo a bandeira das privatizações e do corte de gastos. Não por acaso, Temer não levou adiante questões como a taxação de grandes fortunas e de remessas enviadas ao exterior. O presidente chegou a propor um projeto tímido neste sentido, que não foi votado pelo Congresso (PIERRY, 2017) ao final de 2017 e nem retornaria à pauta até

o fim do mandato de Temer.

O apoio do mercado esteve diretamente ligado à promessa das reformas, que por sua vez, lhe garantiu o apoio de diversos veículos de informação. O dono do SBT, Silvio Santos, chegou a receber Temer em um de seus programas dominicais de fim de noite. Em tom jocoso, no dia 28 de janeiro de 2018, o presidente compareceu ao programa para explicar a reforma, que também foi defendida pelo apresentador, e ao final, Temer simula uma "premiação" à Silvio com uma nota de R\$50 pela defesa da previdência (PROGRAMA SILVIO SANTOS, 2018). O governo chegou a gastar R\$110 milhões entre janeiro de 2017 e fevereiro de 2018 em publicidade para a reforma - que acabou fracassando durante a gestão Temer (MACEDO, 2018).

O governo de Bolsonaro usaria da mesma tática em 2019 ao destinar verba pública da Secretaria Especial de Comunicação (Secom) para veicular propagandas da reforma em rádios, TVs, jornais e na internet, incluindo canais de *YouTube* para crianças (MACIEL; FONSECA, RUDNITZKI; SCOFIELD; CORREIA, 2020).

Outra característica que em um primeiro momento sustentou Temer e depois acabou lhe custando caro foi designar cargos a partidos da base de apoio em um desenho parecido com a composição da base do governo. Para esse fim, compartilhou o comando das pastas entre os partidos da coalizão em uma proporção equilibrada. Como observa o levantamento da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (GRAÇA, 2016) à época,

[...] apenas 9,4% dos recursos autorizados (ou R\$ 106,56 bilhões) e 11,6% dos recursos discricionários (R\$ 15,39 bilhões) do total destinado aos ministérios são gerenciados pelo PMDB. No número de pastas, o partido concentra sete, porém, em termos orçamentários, compartilha com os partidos aliados o comando dos ministérios com maiores recursos [...].

O estudo segue suas observações (GRAÇA, 2016):

Em termos de gestão do orçamento total autorizado (incluindo valores de caráter obrigatório e discricionário) o PSD lidera, com R\$ 547,94 bilhões. Isso porque o Ministério da Previdência (agora integrado ao da Fazenda), que teve Henrique Meirelles, filiado ao PSD em 2011, como ministro, obteve o maior orçamento de todos, com a maior parte destinada a gastos obrigatórios. Seguido do PP, em pastas que totalizam R\$ 131,16 bilhões de recursos e do próprio PMDB, que administra R\$ 106,56 bilhões.

Cabe destacar que, no segundo governo Dilma, o PT era responsável pelo maior orçamento autorizado, com R\$ 772,3 bilhões disponíveis, seguido pelo PROS, com R\$ 109,6 bilhões; enquanto o PMDB ficou com “apenas” R\$ 26,5 bilhões. O jurista Paulo Ricardo Schier, na obra *Presidencialismo de Coalizão*, aponta a lógica implícita na distribuição do bolo:

Cargos que representam o acesso a parcelas mais substanciais do orçamento em regra são os mais cobiçados, tal como sucede o Ministério da Saúde, por onde transita grande parte dos recursos orçamentários brasileiros [...]. A lógica da distribuição destes cargos e funções não é aleatória. Partidos políticos que obtiveram a maior taxa de sucesso no pleito parlamentar em regra terão acesso

aos cargos e funções mais relevantes, tanto pelo critério econômico financeiro quanto pelo critério da importância política. Serão esses partidos os garantidores da governabilidade, da estabilidade e, portanto, das vitórias do presidente no parlamento (SCHIER, p. 115).

Importante apontar que o Congresso eleito com Dilma em 2014 havia se tornado mais conservador na comparação com o pleito anterior. Segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (RADIOGRAFIA DO NOVO CONGRESSO: LEGISLATURA 2015-2019, 2014), 257 dos 513 deputados eleitos em 2014 tiveram suas campanhas financiadas pelo agronegócio, outros 55 estavam ligados à polícia, e 82 deputados eram representantes de igrejas, formando uma significativa bancada evangélica. No mesmo pleito, deputados defensores de causas sociais caíram de 83 para 46. Jair Bolsonaro foi o deputado mais votado no Rio, com 464.572 votos. Como observaram Brugnago e Chaia (2014, p.101):

Com a derrota de Aécio Neves, a militância da direita entrou em desespero. Os valores democráticos foram jogados de lado e, imediatamente, começaram a se discutir soluções para se verem livres do PT. As soluções passaram por ondas de separatismo para a desconexão do Nordeste, imediato desejo de *impeachment* e até de um golpe militar.

Em 2014, a configuração da Câmara após as eleições resultou em aumento no número de partidos representados – de 28 partidos ante 22 partidos na disputa de 2010, o que tende a tornar o diálogo mais complexo. Do total de eleitos, 238 eram novos parlamentares, enquanto 275 foram reeleitos. O PT conquistou a maior bancada, com 70 deputados, mas perdeu 18 *cadeiras* na comparação com o pleito anterior (MARTINS, 2015). O PMDB elegeu a segunda maior bancada, porém encolheu cinco *cadeiras* na comparação com a gestão anterior, ficando com 66 deputados. O PSDB elegeu a terceira maior bancada, com 54 deputados. Ainda assim, a presença feminina permaneceu sub-representada, com 51 deputadas eleitas, ante 47 em 2010.

A coligação da chapa que levou Dilma à vitória e a seu segundo mandato contou com nove partidos: PT, PMDB, PSD, PP, PR, PRB, PDT, Pros e PCdoB – somando um total de 304 deputados (REIS; ARAGÃO, 2014).

Já no Senado, cuja eleição renovou um terço da Casa, o PMDB se confirmou como a maior bancada no mesmo pleito, totalizando 19 parlamentares. O PT emplacou a segunda, com 12 senadores, seguido do PSDB, com 10 senadores. Havia um total de 15 partidos representados.

A presidência da Câmara esteve com o deputado Eduardo Cunha (MDB), que havia se tornado inimigo declarado de Dilma, entre 1º de fevereiro de 2015 e 5 de maio de 2016 – quando teve de deixar o mandato por decisão do STF, quando uma liminar assinada por Teori Zavascki considerou que o parlamentar estava atrapalhando as investigações da operação Lava Jato. Dias antes, em 17 de abril, Cunha havia comandado o processo de votação de *impeachment*. Seu sucessor foi Waldir Maranhão, do Partido Progressista (PP) – desde 2017 Progressistas –, que assumiu de forma interina até 14 de julho de 2016. No mesmo mês, para o lugar de Cunha, a Casa

elegeu Rodrigo Maia (DEM), que permaneceu no posto até o final do governo Temer, sendo reeleito já no governo Bolsonaro, em 2019. Nesse mesmo intervalo, o Senado teve a presidência de Renan Calheiros (PMDB), que ficou de 2013 a 2016, seguido de seu companheiro de partido Eunício Oliveira para o biênio 2017-2018. Chaia (2018, p. 23) viu essa composição e a conjuntura da seguinte forma:

Uma nova onda conservadora tomou conta do cenário político brasileiro. Evangélicos e católicos, de matrizes conservadoras, têm ingressado na esfera político-partidária e consolidado suas forças no cenário nacional. Os representantes da indústria armamentista estão entre os parlamentares mais votados no congresso mais conservador pós-1985. Atualmente, esses são atores políticos relevantes que possuem poder para interferir nas decisões do parlamento, não sendo mais possível ignorar sua presença no espaço público. Além disso, movimentos sociais conservadores no aspecto moral e liberal no aspecto econômico ganharam simpatia por parte da população brasileira. Os movimentos “Movimento Brasil livre”, “Vem pra rua”, “Revoltados online”, “Movimento endireita Brasil”, dentre outros, conseguiram mobilizar, por meio das redes sociais, grandes manifestações anti-PT e articularam-se na defesa de pautas morais, também trabalhando para o crescimento da representação parlamentar conservadora na Câmara dos Deputados.

Sérgio Abranches (1988, p.20) cunhou o termo presidencialismo de coalizão como a “[...] necessidade, mais ou menos frequente, de recurso à coalizão interpartidária para a formação do Executivo (gabinete)”. Suas observações sobre o tema vão além:

A frequência de coalizões reflete a fragmentação partidário-eleitoral, por sua vez ancorada nas diferenciações socioculturais; é improvável a emergência sistemática de governos sustentados por um só partido majoritário. Essa correlação entre fragmentação partidária, diversidade social e maior probabilidade de grandes coalizões beira o truísmo. É nas sociedades mais divididas e mais conflitivas que a governabilidade e a estabilidade institucional requerem a formação de alianças e maior capacidade de negociação (ABRANCHES, 1988, p. 20).

Abranches aponta ainda que o Brasil é o único país a combinar proporcionalidade, multipartidarismo e *presidencialismo imperial*, além de organizar o ministério com base em grandes coalizões. O país, como entende o mesmo autor, no conjunto das nações democráticas, é o único caso de presidencialismo de coalizão.

A lógica de formação das coalizões tem, portanto, dois eixos, o partidário e o regional (estadual). E assim, o cálculo relativo à base de sustentação política do governo não é apenas partidário-parlamentar, mas também regional. Por isso, Abranches aponta que “[...] torna-se necessário que o governo procure controlar pelo menos a maioria qualificada que lhe permita bloquear ou promover mudanças constitucionais” (ABRANCHES, 1988, p.22).

O sistema presidencialista brasileiro conta com características como natureza fragmentada do sistema partidário e representação proporcional de lista aberta, em que cada partido receberá a quantidade de cadeiras proporcionais ao número de votos conseguidos nas eleições em que o voto no partido determina o número de cadeiras que terá na câmara e o voto no

candidato indicará a posição dele na lista de preferências³.

De acordo com Santos (2002), a combinação dos mesmos fatores leva o presidente a distribuir pastas ministeriais entre os membros dos principais partidos e, assim, tentar obter apoio do Congresso na implementação de sua agenda de políticas públicas.

Um freio legal importante é que a Constituição de 1988 impõe monopólio do Executivo sobre a execução orçamentária, gerando um cenário que pode ser forte incentivo para que deputados federais se organizem em partidos que votam com disciplina e de forma mais previsível.

Por outro lado, o Executivo é a única fonte distribuidora de benefícios, o que lhe garante um grande poder de barganha. Parlamentares recebem, em contrapartida ao seu apoio, benefícios para serem mostrados em seus redutos eleitorais.

Limongi (2006, n.p.), por outro lado, entende que nada autoriza tratar o sistema político brasileiro como singular. O autor aponta que coalizões obedecem e são regidas pelo princípio partidário – características próprias do Brasil como federalismo, o poder dos governadores e a diversidade e heterogeneidade da sociedade brasileira tornam as coalizões *imperiosas*. A formação da base parlamentar de apoio ao presidente, portanto, não pode ser estritamente partidária. O autor esmiúça a questão:

O fato é que o presidente brasileiro é poderoso do ponto de vista legislativo não porque usurpe o poder legislativo, mas porque a Constituição de 1988 assim o estabeleceu. O presidente tem a prerrogativa exclusiva de iniciar legislação nas principais áreas de política: tributação, orçamento e fixação dos quadros do funcionalismo, para citar as áreas fundamentais. Logo, o presidente não é um legislador qualquer (LIMONGI, 2006).

Neste sentido, Temer prezou pela negociação com o Congresso durante todo o período que esteve na presidência. Não fosse seu envolvimento em casos de corrupção, o presidente teria se beneficiado da configuração do Congresso pós-*impeachment* e, possivelmente, na onda de apoio que o fez conseguir aprovar as reformas trabalhistas e o teto dos gastos, ambos via MPs, também teria passado a reforma da previdência. Lembrando que boa parte dos congressistas que apoiaram o *impeachment* da presidente Dilma formaram a base do governo Temer. O próprio político defendeu o elo entre o Congresso e o Senado, em artigo de 2010, afirmando que “[...] o presidencialismo de coalizão é o que mais se aproxima do parlamentarismo, sinalização extremamente democrática” (TEMER, 2010).

As acusações de corrupção envolvendo Temer, no entanto, mudaram o cenário de relativa facilidade que ele encontrara para aprovar seu projeto de reformas. Também a aproximação do pleito seguinte, em 2018, pois muitos parlamentares não quiseram se associar a medidas de austeridade que poderiam impactar seus resultados eleitorais.

³ O sistema se contrapõe ao de lista fechada, em que os eleitores votam apenas no partido, e não nos candidatos.

Sobre as pautas de seu governo, é importante frisar que a aprovação da reforma trabalhista, em 2017, não diminuiu significativamente o problema do desemprego. O Brasil terminou 2018 com uma taxa de desemprego de 11,6%, comparado a 12,7%, em 2017 – ano da aprovação da reforma trabalhista, segundo dados do IBGE. A principal mudança observada refere-se a acordos entre empregados e empregadores, que passaram a prevalecer (apesar de garantidos férias e 13º salário), além da contribuição sindical, que deixou de ser obrigatória. Inclusive, segundo especialistas, essas medidas trouxeram grande desequilíbrio às negociações trabalhistas, somadas a um cenário de aumento da informalidade (LESSA, 2019). Em relação às jornadas de trabalho, antes limitadas a oito horas por dia, passou a se aceitar o regime de 12 horas de trabalho, seguidas de 36 horas de descanso, o que possibilitou o trabalho intermitente, cuja prestação de serviços ocorre de forma não contínua (APROVADA EM 2017, REFORMA TRABALHISTA ALTEROU REGRAS PARA FLEXIBILIZAR MERCADO DE TRABALHO, 2019).

Em relação ao teto dos gastos, já no começo de 2019, membros do governo iniciaram discussões a fim de flexibilizar a medida, alegando dificuldades para sustentar a regra. Em setembro de 2019, os economistas Fabio Giambiagi e Guilherme Tinoco, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, publicaram o artigo “O teto de gasto público – mudar para preservar” (2019), já prevendo que a dinâmica de despesas tornará impossível cumprir o valor estabelecido. O documento aponta:

Uma coisa era ter uma regra de teto estável, com a perspectiva de que a reforma previdenciária fosse aprovada em 2017 para ter vigência a partir de 2018 e a economia retomasse um crescimento moderado entre 2,5% e 3% já a partir de 2017, o que ajudaria a alavancar a receita e conduziria a uma rápida reversão do déficit primário. Outra muito diferente é não ter se aprovado a reforma até agora, com a despesa previdenciária tendo continuado a crescer continuamente esses anos e a economia indo para o terceiro ano consecutivo com um patamar de crescimento de escasso 1% ao ano (a.a.). Nesse ambiente macroeconômico deprimido, o achatamento de diversas rubricas de despesa está começando a afetar seriamente políticas do governo que dependem da existência de verbas adequadas. É essa realidade que motiva a necessidade de reflexão na procura de alternativas que mantenham o compromisso com a sustentabilidade fiscal (GIAMBIAGI; TINOCO, 2019, p. 9).

A proposta aprovada no governo Temer previa evitar qualquer crescimento real das despesas públicas de 2017 a 2026, com uma possibilidade de alterar a regra por lei complementar para o período de 2027 a 2036. Porém, a pandemia do coronavírus (covid-19), deflagrada no começo de 2020, também deverá pressionar as discussões para a revisão do limite.

Por fim, salienta-se que a reforma da previdência fora aprovada, em novembro de 2019, já na gestão de Bolsonaro, que manteve a agenda neoliberal na economia e a política de redução de direitos.

Somados estes fatores, Temer falhou em atender os anseios de uma população que foi às ruas pelo impeachment, tanto em busca de respostas perante os esquemas de corrupção, quanto

por uma economia mais próspera - mesmo que isso significasse uma guinada às políticas de orientação neoliberal. Em outras palavras, o presidente não se tornou uma potência simbólica capaz de livrar o Brasil da corrupção e tirar o país da crise.

Enquanto isso, um forte clima de polarização tomava o país, e no pleito de 2018, candidatos de partidos mais tradicionais, como Geraldo Alckmin do PSDB, não conseguiram atender a estas demandas. Assim, a conjuntura que levou Bolsonaro ao poder continha um cerce de ruptura com a política tradicional. E mesmo Bolsonaro tendo sido deputado por diversos mandatos, sua figura conseguiu representar a demanda por uma mudança radical.

O campo da esquerda, neste mesmo pleito, vivenciou um vácuo de poder causado pela prisão de Lula, em abril de 2018, que demorou a ser preenchido por seu sucessor na eleição, Fernando Haddad. Outros candidatos como Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (Rede), tentaram sem sucesso emplacar uma terceira via, e não chegaram ao segundo turno. A eleição de 2018 foi atípica em diversos sentidos. Além da substituição de Lula, que era o então líder nas pesquisas, por Haddad, em setembro daquele ano, Bolsonaro sofreria um atentado - a facada de Adélio Bispo durante comício em Juiz de Fora (MG), e assim ele não participou dos principais debates televisivos. Esta ausência, no entanto, não o prejudicou, posto que sua campanha foi em grande parte construída nas redes sociais.

Bolsonaro construiu um sistema de comunicação que não passava pelas mídias tradicionais - fenômeno que não foi percebido pelos estudiosos de eleições. Ao aderir à pauta conservadora, Bolsonaro conseguiu o apoio dos evangélicos, que já representa parcela significativa tanto dos votos, como do Congresso.

A força final que faltava a Bolsonaro foram as elites - que, com a chegada do neoliberal Paulo Guedes para a formação da equipe econômica, garantiu o apoio de diversos setores da economia, tanto no campo financeiro, como na indústria.

3 Conclusão

O período em que Michel Temer chefiou o Estado brasileiro representou a ponte que mudou as diretrizes da política brasileira do petismo para o bolsonarismo. O próprio documento *Uma ponte para o futuro*, lançado por seu partido, o (ainda) PMDB, em outubro de 2015, já anunciava as premissas de um projeto nacional de orientação neoliberal – mesmo que, naquela época, a sigla ainda fizesse parte da base de apoio da presidente Dilma Rousseff. Esse foi um dos primeiros grandes sinais, do lado de fora dos bastidores, de que havia uma articulação em curso com o objetivo de abandonar a ala governista, deixando os “petistas” lidarem com a crise política sozinhos. Assim, ao desembarcar do governo, o PMDB conseguiu que Temer assumisse após o golpe.

A chegada de Temer ao poder, em maio de 2016, veio acompanhada de um novo conteúdo programático, baseado em uma série de reformas econômicas austeras, em especial a do teto dos

gastos e a reforma trabalhista, que foram aprovadas ainda naquele ano pelo Congresso, e a reforma da previdência, que emplacou apenas no mandato seguinte, de Jair Bolsonaro.

Apesar do bom trânsito político, Temer, especialmente após se envolver em escândalos de corrupção, não atendeu os anseios de uma população que clamava por mudanças. A partir de seu governo, foram iniciadas reformas econômicas que chamaram a atenção dos neoliberais, que por sua vez, desejavam uma guinada mais profunda em termos de privatizações e redução do tamanho do Estado. O mercado personificou este desejo de mais políticas de austeridade em Paulo Guedes.

No campo social, Bolsonaro conseguiu preencher de maneira simbólica os anseios de uma população que desejava o fim da corrupção, além de estabelecer diálogo com líderes da bancada evangélica.

Estas forças se aliaram a Bolsonaro e contribuíram massivamente para sua vitória, mesmo na ausência de um plano de governo com propostas concretas. O plano de governo apresentado por Bolsonaro era composto basicamente por uma apresentação de *powerpoint* de pouca elaboração, sem muitos dados e nem profundidade. Esta mesma falta de plano e de preparo para governar refletiu, por exemplo, na ausência de uma política efetiva para o combate à pandemia do Covid-19, que levou o Brasil a figurar entre os países com o maior número de vítimas ao lado de Estados Unidos e Índia (ALONSO, 2021), para citar apenas uma das mazelas.

Referências

ALONSO, Lucas. Índia se torna 3º país com mais mortos por Covid em meio a caos sanitário e derrota política de Modi. **Folha Online**. Bauru, 03/05/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/india-se-torna-3o-pais-com-mais-mortos-por-covid-em-meio-a-caos-sanitario-e-derrota-politica-de-modi.shtml> Acesso em 9 jun. 2021.

ALVARENGA, Darlan. Bolsonaro herda 69 projetos do PPI de Temer e quer ampliar privatizações. **G1**. São Paulo, 21/01/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/21/bolsonaro-herda-69-projetos-do-ppi-de-temer-e-quer-ampliar-privatizacoes.ghtml> Acesso em 7 jun. 2021.

AMORIM NETO, Otavio; TAFNER, Paulo. Governos de coalizão e mecanismos de alarme de incêndio no controle legislativo das medidas provisórias. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 5-38, 2002.

APROVADA EM 2017, REFORMA TRABALHISTA ALTEROU REGRAS PARA FLEXIBILIZAR MERCADO DE TRABALHO. **Agência do Senado**. Brasília, 02/05/2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho> Acesso em 8 jun. 2021.

AZEVEDO, Fernando Antonio Farias de. **A grande imprensa brasileira**. Paralelismo político e antipetismo (1989-2014). 2016. 172f. Tese (Professor Titular). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

AZEVEDO, Fernando Antonio; CHAIA, Vera Lucia Michalany. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003 - 2004). **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 173-204, jun. 2008.

BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo:

Moderna, 1995.

BOBBIO Norberto. **Teoria das formas de governo**. 9. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BOLSONARO, Jair. **O caminho da prosperidade**: Proposta de plano de governo. Tribunal Superior Eleitoral, 2017. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf Acesso em 9 jun. 2021.

BRASIL. Lei 10.683, de 2016. Revoga dispositivos da Medida Provisória no 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

BRASIL. Lei 13.341, de 2016. Altera as leis n.ºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a medida provisória n.º 717, de 16 de março de 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Textos para discussão**, Escola de economia, FGV, São Paulo, n. 192, jun. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2664/TD%20192%20-20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRUGNAGO, Fabricio; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora**: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, out. 2014-jan. 2015.

CHAIA, Vera. O conservadorismo e a ascensão da Nova Direita. DIAS, L. A.; SEGURADO, R. (org.). **O golpe de 2016**: Razões, atores e consequências. São Paulo: Intermeios, 2018.

DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary (org.). **O golpe de 2016**: razões, atores e consequências. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

DOLAR SOBE EM TODOS 5 ANOS DE DILMA E SALTA 137%, DE R\$ 1,666 A R\$ 3,948. **Uol**. São Paulo, 30/12/2015. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2015/12/30/dolar-sobe-em-todos-5-anos-de-dilma-e-salta-137-de-r-1666-a-r-3948.htm> Acesso em 8 jun. 2021.

FREITAS, Andréa. **O presidencialismo da coalizão**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

GIAMBIAGI, Fabio; HORTA, Guilherme Tinoco de Lima. **O teto do gasto público**: mudar para preservar. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2019. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/18620/1/PRFol_Teto%20do%20gasto%20publico_BD.pdf Acesso em 8 jun. 2021.

GRAÇA, Luís Felipe da. **Governo Temer distribui mais de 80% do Orçamento Federal entre partidos da coalizão**. Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP). São Paulo, 2016. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/governo-temer-distribui-mais-de-80-do-orcamento-federal-entre-os-partidos-da-coalizacao/> Acesso em 8 jun. 2021.

LESSA, Claudio. Reforma trabalhista recebe críticas dois anos após entrar em vigor. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 20/11/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/615470-reforma-trabalhista-recebe-criticas-dois-anos-apos-entrar-em-vigor> Acesso em 8 jun. 2021.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos estudos, Cebrap**, São Paulo, n. 76, p. 17-41, nov. 2006. Disponível em:

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 nov. 2020.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. As reformas (des)necessárias. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, São Paulo, v. 10, n. 4, out./dez. 1996.

MACEDO, Isabella. Governo Temer gastou R\$ 110 milhões em propaganda de reforma da Previdência fracassada. **Congresso em Foco**. São Paulo, 27/04/2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/reforma-da-previdencia-fracassada-no-congresso-custou-r-110-milhoes-em-14-meses/> Acesso em 6 jun. 2021.

MACIEL, Alice. FONSECA, Bruno. RUDNITZKI, Ethel. SCOFIELD, Laura. CORREIA, Mariama. Governo patrocinou propaganda da Previdência para canais infantis, religiosos e investigados pela Justiça. **Agência Pública**, São Paulo, 07/07/2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/07/governo-patrocinou-propaganda-da-previdencia-para-canais-infantis-religiosos-e-investigados-pela-justica/> Acesso em 8 jun. 2021.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 21-74, abr. 1993. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MAIS IMPOPULAR DESDE COLLOR, TEMER FECHA COM REPROVAÇÃO EM BAIXA. **Datafolha**. São Paulo, 03/01/2019. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/01/1985723-mais-impopular-desde-collor-temer-fecha-com-reprovacao-em-baixa.shtml> Acesso em 9 jun. 2021

MARTINS, Renata. Eleições 2014: saiba como ficou a nova composição da Câmara dos Deputados por partido. **Portal EBC**. Brasília, 05/01/2015. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/eleicoes-2014/2014/10/confira-como-ficou-a-nova-composicao-da-camara-dos-deputados-por> Acesso em 9 jun. 2021.

MENDONÇA, Ricardo. Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos. **Folha Online**, São Paulo, 29/06/2013. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml> Acesso em 8 jun. 2021.

MORI, Letícia. Investigadas pela morte de Marielle, milícias podem ser um problema maior que o tráfico no Rio. **BBC Brasil**. São Paulo, 17/04/2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43438332> Acesso em 8 jun. 2021.

NUNES, Edison. Fragmentação de interesses e morosidade no parlamento brasileiro. MOISÉS, José Álvaro (org.). **O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA - PNAD CONTÍNUA. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Séries históricas

Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012 - jan-fev-mar 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego Acesso em 9 jun. 2021.

PIERRY, Flávia. Governo fez força. Mas Congresso não votou o imposto sobre grandes fortunas. **Gazeta do Povo**. Brasília, 19/12/2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/governo-fez-forca-mas-congresso-nao-votou-o-imposto-sobre-grandes-fortunas-bl8bs70qvjeaopieey6bp4gnb/> Acesso em 8 jun. 2021.

PROGRAMA SILVIO SANTOS. Participação Presidente Michel Temer (28/01/2018). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NP5ZuzH0wEk> Acesso em 9 jun. 2021.

REIS, Thiago; ARAGÃO, Leo. Eleições 2014: Nova Composição da Câmara. **Portal G1**. São

Paulo, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/nova-composicao-da-camara.html> Acesso em 8 jun. 2021.

SANTOS, Fabiano. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 237-264, 2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000200003 Acesso em: 8 jun. 2021.

SCHIER, Paulo Ricardo. **Presidencialismo de coalizão**: contexto, formação e elementos na democracia brasileira. Curitiba: Juruá, 2017.

SEGURADO, Rosemary; CHAIA, Vera; ESTRAMANHO, Rodrigo (org.). **Política e liderança**: (recurso eletrônico) teorias e práticas. São Paulo: Ed. PUC-SP, 2018.

64% REPROVAM GOVERNO DILMA. **Datafolha**. São Paulo, 29/02/2016. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/02/1744564-64-reprovam-governo-dilma.shtml> Acesso em 8 jun. 2021.

SINGER, André. Do sonho rooseveltiano ao pesadelo golpista. Rio de Janeiro: **Revista Piauí**, edição 140. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/do-sonho-rooseveltiano-ao-pesadelo-golpista/>. Acesso em 20 nov 2020.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

TEMER, Michel. Um regime de coalizão. Câmara dos Deputados. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/ Mesa/presidencia/galeria-presidentes/michel-temer-2009-2010/artigos/um-regime-de-coalizao> Acesso em 8 jun. 2021.

TEMER É ABSOLVIDO EM ACUSAÇÃO DE CORRUPÇÃO NO CASO DOS PORTOS. **DW Brasil**. Berlim, 19/03/2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/temer-%C3%A9-absolvido-de-acusa%C3%A7%C3%A3o-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-no-caso-dos-portos/a-56933658> Acesso em 8 jun. 2021.

UMA PONTE PARA O FUTURO. Fundação Ulisses Guimarães. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> Acesso em 29 de abril de 2021.

Artigo recebido em: 2021-04-29

Artigo reapresentado em: 2021-06-16

Artigo aceito em: 2021-06-30